




Nome: **STELLA SOUZA DA SILVA VIDAL**
 Data de Nascimento: **10/05/1977**
 Sexo: **F**
 Estado Civil: **Casada**
 Profissão: **Enfermeira**
 Endereço: **Rua ... nº ...**
 Cidade: **...** Estado: **...** CEP: **...**
 Telefone: **...**
 E-mail: **...**
 Data de Emissão: **21/03/2017**
 Hora de Emissão: **10:12:53**
 Assinado eletronicamente por: **RODOLFO NOBREGA DIAS**
 Número do documento: **1703211012089500000006913038**





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SEMANZA HUMBERTO LOPES
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	ELOI INACIO ALBUQUERQUE NETO
DATA DE NASCIMENTO	01/09/80
NOME DA MÃE	ALENICE PINHO DE ALBUQUERQUE

DADOS EXTRAÍDOS

RONTUÁRIO N.º	99.124
BOLETIM DE ENTRADA N.º	966.565
DATA DO ATENDIMENTO	09/12/16
HORA DO ATENDIMENTO	20:38
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	LUXAÇÃO ACRÔMIO-CLAVICULAR DIREITA
CID 10	S43.1

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Prontuário. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de trânsito referindo trauma em ombro direito. Apresenta deformidade e dor localizada no ombro direito. Abundantes queixas. Pupilas isotóricas. Glasgow 15. Presença de luxação acromio-clavicular à direita. Para tratamento cirúrgico. Paciente assina termo de Alta a Pedido em 21/12/16.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TRATAMENTO:

Atendimento Inicial

ALTA HOSPITALAR:	21/12/16
DATA DA EMISSÃO:	06/03/17

(Assinatura)

Dr. José da Anunciada

CRM: 2028-PB

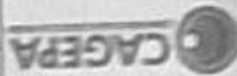
ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, HSA, EMPRESA

MINISTÉRIO DO TRABALHO E CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Atividade	Descrição	Valor	Unidade
Atividade	Descrição	Valor	Unidade



DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS

DECLARO RECEBER OS MATERIAIS DE QUE SE TRATA, PARA O FIM DE QUE SE TRATA, E QUE ESTÃO EM CONFORMIDADE COM O QUE FOI DESEJADO, NÃO HAVENDO OBRIGADO A QUALQUER OUTRA OBRIGAÇÃO, E QUE ESTÃO EM CONFORMIDADE COM O QUE FOI DESEJADO, NÃO HAVENDO OBRIGADO A QUALQUER OUTRA OBRIGAÇÃO.

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS

DECLARO RECEBER OS MATERIAIS DE QUE SE TRATA, PARA O FIM DE QUE SE TRATA, E QUE ESTÃO EM CONFORMIDADE COM O QUE FOI DESEJADO, NÃO HAVENDO OBRIGADO A QUALQUER OUTRA OBRIGAÇÃO, E QUE ESTÃO EM CONFORMIDADE COM O QUE FOI DESEJADO, NÃO HAVENDO OBRIGADO A QUALQUER OUTRA OBRIGAÇÃO.

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE MATERIAIS

DECLARO RECEBER OS MATERIAIS DE QUE SE TRATA, PARA O FIM DE QUE SE TRATA, E QUE ESTÃO EM CONFORMIDADE COM O QUE FOI DESEJADO, NÃO HAVENDO OBRIGADO A QUALQUER OUTRA OBRIGAÇÃO, E QUE ESTÃO EM CONFORMIDADE COM O QUE FOI DESEJADO, NÃO HAVENDO OBRIGADO A QUALQUER OUTRA OBRIGAÇÃO.

DATA DE RECEBIMENTO	VALOR	UNIDADE	DESCRIÇÃO
01/01/2017	100,00	kg	ALUMÍNIO
02/01/2017	200,00	kg	ALUMÍNIO
03/01/2017	300,00	kg	ALUMÍNIO
04/01/2017	400,00	kg	ALUMÍNIO
05/01/2017	500,00	kg	ALUMÍNIO
06/01/2017	600,00	kg	ALUMÍNIO
07/01/2017	700,00	kg	ALUMÍNIO
08/01/2017	800,00	kg	ALUMÍNIO
09/01/2017	900,00	kg	ALUMÍNIO
10/01/2017	1000,00	kg	ALUMÍNIO

DATA DE RECEBIMENTO	VALOR	UNIDADE	DESCRIÇÃO
01/01/2017	100,00	kg	ALUMÍNIO
02/01/2017	200,00	kg	ALUMÍNIO
03/01/2017	300,00	kg	ALUMÍNIO
04/01/2017	400,00	kg	ALUMÍNIO
05/01/2017	500,00	kg	ALUMÍNIO
06/01/2017	600,00	kg	ALUMÍNIO
07/01/2017	700,00	kg	ALUMÍNIO
08/01/2017	800,00	kg	ALUMÍNIO
09/01/2017	900,00	kg	ALUMÍNIO
10/01/2017	1000,00	kg	ALUMÍNIO





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0813560-03.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Em determinados casos promovidos perante o Poder Judiciário, extrai-se a necessidade da comprovação do prévio requerimento administrativo como requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, isso porque a provocação do Estado e a posterior concretização do processo não pode ser instrumento de mera consulta, mas sim, meio de aplicação da justiça, como forma de soluções de conflitos.

Especificamente nas ações em que se pretende a cobrança do seguro obrigatório (DPVAT), este Juízo se posiciona no sentido da necessidade do demandante instruir sua petição inicial com o comprovante de prévio requerimento administrativo. Nesse sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. (RE 839.314 MA) e do TJPB (AI 0002366-96.2015.815.0000).

Dessa forma, intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar sua peça inicial, a fim de acostar nos autos o comprovante do seu prévio requerimento administrativo, comprovante de residência legível, procuração advocatícia e endereço eletrônico seu e do promovido no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321 do CPC/2015). Não havendo a apresentação da emenda, certifique-se e após, façam-se os autos conclusos para extinção.

Bem como, que apresente no mesmo prazo suas 3 últimas declarações de rendimento (IR), bem assim, os extratos dos seus últimos 6 meses de conta bancária, poupança e/ou aplicações. A fim de propiciar ao juízo elementos para apreciação de seu pedido de gratuidade judicial.

JOÃO PESSOA, 5 de abril de 2017.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0813560-03.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Em determinados casos promovidos perante o Poder Judiciário, extrai-se a necessidade da comprovação do prévio requerimento administrativo como requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, isso porque a provocação do Estado e a posterior concretização do processo não pode ser instrumento de mera consulta, mas sim, meio de aplicação da justiça, como forma de soluções de conflitos.

Especificamente nas ações em que se pretende a cobrança do seguro obrigatório (DPVAT), este Juízo se posiciona no sentido da necessidade do demandante instruir sua petição inicial com o comprovante de prévio requerimento administrativo. Nesse sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. (RE 839.314 MA) e do TJPB (AI 0002366-96.2015.815.0000).

Dessa forma, intime-se a parte autora, via seu advogado, para emendar sua peça inicial, a fim de acostar nos autos o comprovante do seu prévio requerimento administrativo, comprovante de residência legível, procuração advocatícia e endereço eletrônico seu e do promovido no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (art. 321 do CPC/2015). Não havendo a apresentação da emenda, certifique-se e após, façam-se os autos conclusos para extinção.

Bem como, que apresente no mesmo prazo suas 3 últimas declarações de rendimento (IR), bem assim, os extratos dos seus últimos 6 meses de conta bancária, poupança e/ou aplicações. A fim de propiciar ao juízo elementos para apreciação de seu pedido de gratuidade judicial.

JOÃO PESSOA, 5 de abril de 2017.

Juiz(a) de Direito



Petição e documento a seguir.



EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA-PB.

Proc. nº: 0813560-03.2017.8.15.2001 .

ELOI INÁCIO DE ALBUQUERQUE NETO, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, na ação de cobrança de seguro DPVAT (complementação), movida em desfavor da BRADESCO SEGUROS S/A., igualmente individualizado, vem, através de seu advogado signatário, com os costumeiros respeitos de praxe, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada de comprovante de processo administrativo (doc. 01), demonstrando que o suplicante encontra-se impossibilitado de receber o prêmio/seguro devido em virtude de inúmeros embaraços criados pela Seguradora Lider.

Pede deferimento.

João Pessoa-PB, 24 de Outubro de 2017.

RODOLFO NÓBREGA DIAS
Advogado OAB/PB nº 14.945.



Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

Hotmail, Outlook, Skype, ... x K Pega pega: Eric e Bebeth ... x Seguradora Líder-DPVAT A...

https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

ACOMPANHARE PROCESSO

HOTMAIL Gmail MercadoLivre Brasil TJE-TJPB EJUJ-PS TRT13 GLOBO Liber TJE TRT13 CRETA PB TRT 6 - PE TRT 21- RN home Brasil Reguladora PDF-A Cálculo TIDFT Google

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

- Documentos Despesas Médicas
- Documentos Invalidez Permanente
- Documento Morte
- Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

- Como Pagar
- Consulta a Pagamentos Efetuados
- Informações Gerais

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170201521 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ELOI INACIO DE ALBUQUERQUE NETO
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB
BENEFICIÁRIO ELOI INACIO DE ALBUQUERQUE NETO
CPF/CNPJ: 00981363482

Posição em 24-10-2017 16:40:41
 Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
26/04/2017	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

15:41
24/10/2017





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0813560-03.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação. Cite-se o réu para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. Da análise da inicial, já verifico a necessidade de prova pericial.

Intime-se a parte ré para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor designado, correspondentes aos honorários periciais. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.

Nomeio perito o Dr. Antonio Vituriano, médico ortopedista, telefones (83) 99996-1529, (83) 3034-6219, e-mail: antoniovituriano@outlook.com. Fixo o valor dos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre a Seguradoras e o TJPB.

Após, intime-se o perito nomeado para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico. Desde já, formulo os seguintes quesitos: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)? Intime-se a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

A parte autora já teve tal oportunidade na inicial. Os quesitos devem ser apresentados em duas vias para serem entregues em secretaria, além da via de protocolo do advogado, sendo uma via para ficar no processo e outra via para ser remetida ao perito. Após apresentado o laudo, intemem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias e informarem se têm interesse em audiência de conciliação, bem como expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais. Solicitada por ambas as partes audiência de conciliação, a secretaria apraze a audiência. Se somente uma parte ou nenhuma requerer a realização de audiência de conciliação, e cumpridas as diligências acima determinadas, tragam-me conclusos para sentença.



JOÃO PESSOA, 19 de junho de 2019.

Josivaldo Félix de Oliveira

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0813560-03.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: ELOI INACIO DE ALBUQUERQUE NETO
Polo passivo: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que procedi com a notificação do perito.

Zimbra

69202036420@tjpb.jus.br

perícia

De :	Alex Olinto dos Santos <alex.santos@tjpb.jus.br>	Qui, 18 de jul de 2019 15:16
Assunto :	perícia	
Para :	antoniovituriano@outlook.com	

Dr. Antonio Vituriano de Abreu,

Notifico que o senhor foi nomeado perito nos autos de nº0813560-03.2017.8.15.2001, com o valor dos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre a Seguradoras e o TJPB, a ser depositado pela parte ré.



Intime-se o perito nomeado para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico. Desde já, formulo os seguintes quesitos: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)?

JOÃO PESSOA, 18 de julho de 2019
ALEX OLINTO DOS SANTOS





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0813560-03.2017.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação. Cite-se o réu para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. Da análise da inicial, já verifico a necessidade de prova pericial.

Intime-se a parte ré para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor designado, correspondentes aos honorários periciais. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.

Nomeio perito o Dr. Antonio Vituriano, médico ortopedista, telefones (83) 99996-1529, (83) 3034-6219, e-mail: antoniovituriano@outlook.com. Fixo o valor dos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre a Seguradoras e o TJPB.

Após, intime-se o perito nomeado para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico. Desde já, formulo os seguintes quesitos: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)? Intime-se a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

A parte autora já teve tal oportunidade na inicial. Os quesitos devem ser apresentados em duas vias para serem entregues em secretaria, além da via de protocolo do advogado, sendo uma via para ficar no processo e outra via para ser remetida ao perito. Após apresentado o laudo, intemem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias e informarem se têm interesse em audiência de conciliação, bem como expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais. Solicitada por ambas as partes audiência de conciliação, a secretaria apraze a audiência. Se somente uma parte ou nenhuma requerer a realização de audiência de conciliação, e cumpridas as diligências acima determinadas, tragam-me conclusos para sentença.



JOÃO PESSOA, 19 de junho de 2019.

Josivaldo Félix de Oliveira

Juiz de Direito



Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA()

Nº do processo: 0813560-03.2017.8.15.2001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte BRADESCO SEGUROS S/A, com endereço no PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131, para querendo defender-se, no prazo de 15 dias. Advirta, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial. Fique também intimado para em de dez(10) dias, depositar em conta judicial o valor designado de R\$ 200,00; correspondentes aos honorários periciais. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor. Intime-se a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

JOÃO PESSOA, em 18 de julho de 2019.

De ordem, ALEX OLINTO DOS SANTOS
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

17032110115587800000006913036



C E R T I D ã O

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, DIRIGI-ME AO ENDEREÇO INDICADO e lá estando, CITEI E INTIMEI, BRADESCO SEGUROS SA NA PESSOA DE ROSIMARY SOARES COSTA (ASSISTENTE OPERACIONAL) a mesma ficou de tudo BEM CIENTE.

Dou fé.

João Pessoa, 22 de Julho de 2019

Oficial de Justiça

Rivonaldo José dos Santos



Successfully created

Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA()

Nº do processo: 0813560-03.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

MANDADO DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte BRADESCO SEGUROS S/A, com endereço no PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131, para querendo defender-se, no prazo de 15 dias. Advirta, outrossim, de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, constantes da inicial. Fique também intimado para em de dez(10) dias, depositar em conta judicial o valor designado de R\$ 200,00; correspondentes aos honorários periciais. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor. Intime-se a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

JOÃO PESSOA, em 18 de julho de 2019.

De ordem, ALEX OLINTO DOS SANTOS
Servidor


Rosmary Soares Costa
Assistente Operacional
8337/Sucursal João Pessoa - PB

Bradesco

Bradesco Auto Re Cia de Seguros.

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
17032110115587800000006913036

